

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 05.238.054/0001-03  
Belo Horizonte - MG

**Cemig Comercializadora  
de Energia Incentivada S.A.**



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

▪ A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.
- Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes - em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

## 2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade de às normas e regulamentos descritos no item 2.1 - Declaração de conformidade.

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

### b) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos conta movimento	12	7
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	2.135	6.782
	<b>2.147</b>	<b>6.789</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (99%).

## 4. TRIBUTOS

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

	2016	2015
<b>Circulante</b>		
Contribuição Social	66	98
Imposto de Renda	76	102
Outros	6	-
	<b>148</b>	<b>200</b>
<b>Não Circulante</b>		
Contribuição Social Diferida	-	28
Imposto de Renda Diferido	-	80
	-	<b>108</b>
<b>TOTAL</b>	<b>148</b>	<b>308</b>

## 5. PROVISÕES

A Companhia não é parte em processos administrativos e judiciais em 2016 e 2015.

## 6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$1.000, representado por 1.000.000 (um milhão) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de propriedade da CEMIG.

### a) Reservas de lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2016	2015
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva Legal	778	778
Dividendos Adicionais Propostos	83	172
	<b>861</b>	<b>950</b>

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. No exercício de 2016 não foi constituída reserva legal em decorrência do saldo acumulado desta reserva ter superado os limites estabelecidos por lei.

A Companhia registrou na Conta Reservas de Lucros os dividendos propostos pela Administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no Estatuto Social, no exercício de 2016, no valor de R\$83, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

### b) Dividendos

O Estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do Lucro Líquido do exercício, ajustado na forma legal a título de dividendos.

#### Destinação do Resultado de 2016 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2017, que ao Resultado do exercício de 2016, no montante de R\$111, seja dada a seguinte destinação:

- R\$28 referentes a dividendos mínimos obrigatórios; e,
- R\$83 distribuídos aos acionistas a título de dividendos adicionais.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2016	2015
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício	111	241
(-) Reserva Legal	-	(12)
Resultado Ajustado	111	229
Dividendo Obrigatório - 25% do Resultado Ajustado	28	57
<b>Dividendos Propostos</b>		
Dividendos Mínimos Obrigatórios	28	57
Dividendos Adicionais Propostos	83	172
Total Dividendos Propostos	111	229
Valor Líquido excedente aos Dividendos Mínimos Obrigatórios	83	172

## 7. DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Pessoal	357	259
Serviços de Terceiros	51	29
Arrendamentos e Aluguéis	16	16
Impostos e Taxas	6	7
Outras Despesas	5	5
	<b>435</b>	<b>316</b>

### a) Serviços de Terceiros

	2016	2015
Publicações Legais	43	23
Auditoria Externa	3	2
Outros	5	4
	<b>51</b>	<b>29</b>

## 8. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	804	831
	<b>804</b>	<b>831</b>

## 9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita Financeira de Aplicações <sup>(1)</sup>	804	804
Receita não sujeita ao adicional de 10%	32	-
Alíquota	15%	9%
	121	72
Adicional (10% sobre o valor superior à R\$120)	65	-
IR e CS Lucro Presumido	186	72

Corrente	(186)	(72)
Diferido	-	-

<sup>(1)</sup> Os rendimentos das aplicações financeiras auferidos e ainda não recebidos foram integralmente submetidos à tributação em dezembro de 2016, devido à opção pela tributação com base no regime do Lucro Real para o exercício seguinte.

	2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita Financeira sobre resgate efetivo de Aplicações	1.123	1.123
Base de Cálculo	1.123	1.123
Alíquota	15%	9%
	168	101
Adicional (10% sobre valor superior à R\$240)	104	-
IR e CS Lucro Presumido	272	101

Rendas de Aplicações não Resgatadas	(291)	(291)
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	(73)	(26)
Total IR e CS Presumido e Diferidos	199	75
IR e CS do período	199	75

Corrente	(272)	(101)
Diferido	73	26

## 10. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia não efetuou transações envolvendo partes relacionadas em 2016 e 2015 e os membros da diretoria são remunerados pela controladora.

## 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Equivalentes de Caixa e Fornecedores; sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados de acordo com o regime de competência.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros:</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2.135	2.135	6.782	6.782
<b>Passivos Financeiros:</b>				
Fornecedores	79	79	63	63

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2016 e 2015.

### Risco de Liquidez

Apesar de não estar em operação, a Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa de curto prazo. Adicionalmente, a Companhia conta com o suporte de recursos de sua controladora.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos, baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	79	-	-	-	-	79
	<b>79</b>	-	-	-	-	<b>79</b>

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, no exercício, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

## 12. SEGUROS

A Companhia não possui apólices de seguro vigentes em 31 de dezembro de 2016 que visem amparar eventos que possam afetar suas instalações.

\*\*\*\*\*

Franklin Moreira Gonçalves Diretor-Presidente	Dimas Costa Diretor
Leonardo George de Magalhães Superintendente de Controladoria CRC - MG 53.140	Leonardo Felipe Mesquita Gerente de Contabilidade Contador - CRC - MG 85.260

# #SUSParaTodos

## Entenda o SUS porque ele é seu também

Saiba mais: [www.saude.mg.com.br/sus](http://www.saude.mg.com.br/sus)



SECRETARIA DE SAÚDE

